

O avanço da repressão: socialização na modernidade e constituição psíquica

Larissa Leão de Castro

RESUMO

A partir de Peter Gay, o presente estudo analisa a tese de Freud sobre o avanço da repressão na história da humanidade. Busca-se compreender a seguinte questão: quais repressões específicas e determinantes ocorreram na modernidade que aguçaram o processo repressivo e qual é a sua relação com a constituição do indivíduo moderno? O trabalho desenvolve uma compreensão da relação indivíduo e sociedade e expõe alguns elementos que revelam esse avanço nesse período, destacando-se as grandes transformações sociais acompanhadas pela crescente individualização e incapacidade de reconhecimento na coletividade. Nota-se a força da repressão afetando a sexualidade, a “obsolescência” de processos educativos não repressivos da imaginação livre; o que permite refletir sobre o sentido das instituições existentes (família, escola, trabalho) e sobre o processo de socialização na constituição humana.

Palavras-chave: Socialização. Modernidade. Repressão.

Freud, no momento de escrita da sua última obra, com base em descobertas que tiveram vastos desdobramentos e analisando a etiologia das neuroses, identifica que as exigências e excitações advindas tanto do mundo interno quanto do mundo externo são experienciadas como traumas dos quais ninguém consegue fugir no processo educativo:

Nenhum indivíduo humano é poupado de tais experiências traumáticas; nenhum escapa às repressões a que elas dão origem. [...] no espaço de poucos anos, a pequena criatura primitiva deve transformar-se num ser humano civilizado; ela tem de atravessar um período imensamente longo de desenvolvimento cultural humano de uma forma abreviada de maneira quase misteriosa. (FREUD, 1940/1996, p.199)

O autor constata a íntima relação entre desenvolvimento da criança e sua recapitulação do desenvolvimento existente na cultura, porém não só nela, mas também uma recapitulação na criança do desenvolvimento da humanidade. Todas as restrições, exigências e repressões impostas, primeiramente pelos pais - precursores do processo de introjeção das restrições na criança, influenciam a formação de sua consciência, do que deve ou não fazer, do que não deve aceitar nem mesmo no pensamento, ou seja, forcem esses desejos e pensamentos, inaceitáveis para a consciência, a permanecerem

recalcados e inconscientes; processo que se dá por meio das diversas instituições que fazem a mediação entre o indivíduo e determinada cultura.

Nesse sentido, o psicanalista ressalta a influência da civilização na etiologia das neuroses, ou seja, partindo de uma análise do indivíduo, chega a uma ampla compreensão social. Como ele afirma, seu objetivo sempre foi “demonstrar a relação que existe, seguindo o caminho da atividade instintiva, entre as experiências externas de um indivíduo e suas reações.” (FREUD, 1910/1996, p.140). O objetivo de Freud era analisar e revelar, com base na análise individual, a contradição e as mediações existentes na relação indivíduo e sociedade. Trata-se de uma discussão que demanda uma compreensão específica da relação indivíduo e sociedade, da constituição psíquica e sua relação com o mundo social.

Comparando as tragédias de Édipo Rei e de Hamlet, o inventor da psicanálise identifica uma antinomia específica reveladora de dois movimentos históricos distintos: de um lado, a força do destino, e do outro, a do acaso. Pensando nessa relação e na constituição indivíduo e sociedade, o autor problematiza dois tipos de análises irracionais que podem advir delas, perdendo toda a riqueza das obras, como se analisará.

Essa riqueza deve-se, ao compará-las, ao que o predomínio do acaso, em Hamlet, e do destino, em Édipo, revelam das relações sociais e formações psíquicas específicas de duas sociedades completamente distintas e, ao mesmo tempo, da ubiquidade de uma natureza humana. Em outros termos, os desejos são da ordem da natureza humana, portanto alcançam toda a humanidade, essa é a grande descoberta. Ao mesmo tempo, a ordem em que os desejos se desenvolverão, em que esse conteúdo desaguará e ganhará forma, depende da interação social existente, de sua sociabilidade, podendo ultrapassá-la, transformá-la e, ou subsumir-se a ela, em uma relação conflituosa.

Partilhando da mesma compreensão de Freud, acerca da relação indivíduo e sociedade, Peter Gay (1988, p. 19) elabora uma interessante analogia: “Ao passo que a mente fornece ao mundo suas necessidades, o mundo dá à mente sua gramática, aos desejos seu vocabulário, às ansiedades seu objeto.”. Os imperativos dos grupos sociais (família, escola, religião), portanto, impõem seus limites, sua forma, balizando as condições e possibilidades de deságues das expressões dos sujeitos.

Ao analisar as tragédias, corre-se o risco do irracionalismo, como alerta Freud (1910/1996), quando analisa o caso Leonardo da Vinci. O autor critica irracionalismo subjetivista, que visualiza a determinação única da experiência subjetiva, e o irracionalismo objetivista, que identifica toda a determinação da vida com base na sociedade e seus acasos. Tencionando a relação entre experiência e a razão contida na natureza humana, Freud (1910/1996, p. 141) pondera:

Mas será que não devemos fazer objeções aos achados de uma investigação que atribui a circunstâncias acidentais, referentes à sua constelação parental, uma influência tão decisiva no destino de uma pessoa? [...] Creio que ninguém terá o direito de fazê-lo. Se considerarmos que o acaso não pode determinar nosso destino, será apenas um retorno ao ponto de vista religioso do Universo [...]. Ao mesmo tempo, estamos sempre demasiadamente prontos a esquecer que, de fato, o que influi em nossa vida é sempre o acaso, desde nossa gênese a partir do encontro de um espermatozóide com um óvulo – acaso que, no entanto, participa de leis e necessidades da natureza, faltando-lhe apenas qualquer ligação com nossos desejos e ilusões. A distribuição dos fatores determinantes de nossa vida entre as ‘necessidades’ de nossa constituição e o ‘acaso’ de nossa infância pode ser ainda incerta em seus detalhes; mas não será mais possível duvidar precisamente da importância dos primeiros anos de nossa infância. Nós todos ainda sentimos muito pouco respeito pela natureza, que (nas palavras obscuras de Leonardo, que lembram o Hamlet) ‘está cheia de inúmeras razões [‘ragioni’] que nunca penetram a experiência.

Um método frequente utilizado por Freud consiste em analisar o que há de verdade por trás de uma mentira. Nesse sentido, por mais falso que possa ser o irracionalismo da afirmação da determinação imediata e única da subjetividade ou objetividade, ele revela uma verdade. Em relação à modernidade, o autor identifica sua tendência de destacar a importância única e exclusiva dos acasos, expressa também na rejeição a uma ideia de natureza humana, evidenciando a incapacidade de reconhecer-se

como humanidade, como ser genérico que se reconhece no todo, em uma coletividade, tendo como efeito uma cegueira intelectual advinda do próprio modo de vida centrado no indivíduo e não no coletivo.

Na modernidade, portanto, algo sempre escapa à compreensão, que é obscurecida e de difícil acesso, o que indica para a obstacularização das condições e possibilidades do conhecer. Podemos supor com segurança que a própria obstacularização do conhecimento é fruto do desenvolvimento repressivo da civilização ao longo da história que impede e reprime o pensamento, como recapitulado no desenvolvimento das crianças pela forte repressão dos pais diante de suas intrigantes perguntas.

Perguntamos, porém: que repressões específicas e determinantes ocorreram no decurso da modernidade que aguçaram esse processo repressivo ao longo da história e quais foram suas implicações no mundo psíquico? Essa pergunta orienta os desdobramentos que esta investigação se propõe a seguir..

Incitado pelas questões teóricas de Freud, Peter Gay (1988, p. 17) parte da compreensão de que é impossível revelar as mudanças do espírito da época no plano psíquico sem tecer as mediações existentes na sua relação com as mudanças sociais, políticas e econômicas da modernidade. Para o autor, a psicanálise oferece uma importante contribuição, do ponto de vista da história, por revelar a íntima e “evidente contribuição da vida em sociedade na formação das mentes, mesmo no que diz respeito a seus mecanismos inconscientes.”

Assim, com um rigor metodológico, Gay (1988) perscruta, além das manifestações evidentes de mudanças na relação indissolúvel entre realidade material e suas mediações com o mundo psíquico, as forças inconscientes primordiais e elementares que dizem respeito aos “domínios tabus” da sexualidade e da agressão (caminho percorrido por Freud, apesar da forte repressão da época) – essas forças elementares e inextinguíveis que movem todos os âmbitos históricos da experiência humana.

Na relação entre mente e mundo externo, Gay (1988, p. 19) aponta que a experiência comprova a relação de intercâmbio íntimo e contraditório entre o que “o mundo impõe e o que a mente exige, recebe e reformula.” Nesse sentido, o conceito de experiência remonta, em suas raízes, a forças inconscientes atuantes, anseios e

ansiedades, amor e ódio, paixões e seu encontro com o mundo e com suas formas existentes, mas, sobretudo marca profundamente o sujeito, por mesclar passado e presente, necessidades conscientes e desejos inconscientes, frutos da contradição não resolvida, tanto na realidade quanto individualmente. Sobretudo,

a experiência é também um encontro do passado com o presente. O amor e o ódio, esses indômitos motores da história, têm também suas próprias histórias, longas e em boa parte secretas: a pressão do passado é generalizada e insistente (GAY, 1988, p. 19).

Na análise da modernidade, Gay (1988) revela algumas mudanças determinantes e irreversíveis, do ponto de vista objetivo e psíquico, tendo, por exemplo, como marco os primórdios das implantações das ferrovias. Utiliza a metáfora da época “era dos trens expressos” e do tráfego – até mesmo resgatando a coincidência do despertar dos desejos eróticos de Freud pela mãe quando estava especificamente no interior de um trem, na forma específica daquele ritmo e força de condução, para falar de um século XIX em movimento ininterrupto e específico, como nenhum outro antes ocorrido na história, o que afetou profundamente a mentalidade desse tempo. Segundo o autor,

os trens, que atingiam velocidades cada vez maiores à medida que as locomotivas, as ferrovias e os sistemas de sinalização se aperfeiçoavam, tornavam-se uma possante metáfora para a velocidade estonteante e geradora de ansiedades do século XIX (GAY, 1988, p. 54).

A rapidez avassaladora dos trens é emblemática das implicações e alterações da noção de tempo no terreno da subjetividade, de forma irreversível. Havia um desejo forte de alcançar muito rápido o que se pretendia e, ao mesmo tempo, um forte desamparo diante de tamanha impossibilidade. A rapidez era geradora dos maiores sintomas de ansiedade, impotência e pânico da modernidade. Havia o imperativo de alcançar o que se almejava em um pequeno período de tempo, exigência altamente repressiva e produtora do efeito de sentir-se sempre à deriva, não acompanhando e não conseguindo o que se propunha em um tempo avassalador. Dessa forma,

os desejos e os temores eróticos estimulados pela experiência rítmica de uma viagem de trem transpareciam sob a superfície de tais epítetos. E o nervosismo oriundo da sensação de que a velocidade corria sempre à frente da razão e se exacerbava ainda mais com as sutis indicações de que novas sensações se acumulavam (GAY, 1988, p. 54).

As inovações abruptas e profundas atingiam todos os âmbitos da sociedade: “A ferrovia e a máquina de escrever, o navio a vapor e o telégrafo, a facilitação do crédito e da formação de capitais tornaram a poupança acumulada pelas grandes organizações praticamente irresistível [...]” (GAY, 1988, p. 48). Havia transformações irreversíveis em tecnologia, indústria, ciência, comércio que faziam que autores, como Emile Zola, descrevessem seu tempo como sendo de “impetuosidade, a atividade devoradora; atividade nas ciências, atividade no comércio, nas artes, em toda parte: ferrovias, eletricidade utilizada no telégrafo, vapor movendo navios, balões lançando-se nos ares” (ZOLA, 1960, *apud* GAY, 1988, p. 52).

Assim, o ritmo de mudanças “foi-se acelerando à medida que a era Vitória se movia em direção à era de Freud.” (GAY, 1988, p. 47). Mesmo com a ressalva de alguns exageros nas análises, Peter Gay resgata a captação muito bem realizada de Charles Péguy de 1958 a respeito do espírito desse momento, quando diz que “o mundo se modificou menos desde Jesus Cristo do que nos últimos trinta anos” (PÉGUY, 1885, p.1, *apud* GAY, 1988, p.47-48).

Para Zola, retomado por Peter Gay (1988), o terreno religioso já não se encontrara na fé em deus, mas na religião do progresso. Realmente tratava-se de uma das esperanças humanas mais belas e apostadas por alguns, pois a promessa era real. O progresso não era só uma lenda. Os desenvolvimentos tecnológicos e da produção ofereciam condições de extinguir a escassez da humanidade como um todo, dando-lhe dignidade. Havia uma promessa do iluminismo sem precedentes, “expectativas de que a roda-viva da existência humana cederia à aplicação da inteligência, de que o eterno ciclo das epidemias, das grandes fomes, da miséria generalizada e das guerras devastadoras finalmente seria rompido.” (GAY, 1988, p. 57).

Por que isso não aconteceu? Essa é a grande questão apresentada pelos mais importantes pesquisadores da modernidade. Conforme analisado pelo historiador, os

avanços irrefreáveis da ciência, da tecnologia não eram acompanhados pelo aperfeiçoamento nas devidas áreas, como na medicina, pelo contrário, eram utilizados para a dominação e a exploração humanas, na busca de obtenção de lucro e interesses individuais. As descobertas investigativas sociais não geravam reformas nesse campo e nem benefícios sociais. Por quê? Essa, infelizmente, continua sendo uma questão atual e desafiadora para a modernidade.

Freud não era nem um pouco otimista com a rapidez dessas mudanças. Conforme resgatam os estudos de Peter Gay (1988, p. 50), uma característica da natureza humana é que os

impulsos instintivos do homem são conservadores. Mudanças, por mais positivas que sejam, exigem o dispêndio de energias mentais, ações adaptativas. A menos que sejam cercadas de precauções e acompanhadas de um encorajamento afetuoso, a menos que sejam assimiladas passo a passo, contêm todos os riscos de uma aventura frente ao desconhecido, um terreno onde respostas automáticas e procedimentos habituais perdem toda a sua eficácia.

Nesse sentido, as implicações das experiências aceleradas no mundo psíquico foram analisadas por Freud e “diziam respeito às preocupações fundamentais da existência humana: moralidade sexual, disciplina no trabalho, coesão familiar, percepção do tempo, do espaço e das oportunidades oferecidas pela vida.” (GAY, 1988, p. 46).

A força da repressão imperava nas diversas esferas (família, escola, trabalho) de forma difusa, a imaginação livre - que poderia ser moção para sensíveis e importantes avanços na educação – passa a ser um problema “e celebra, ao invés dela, as delongas, as sutilezas, o controle.” (GAY, 1988). Porém, de acordo com as análises feitas por Freud, o historiador assinala que essas exigências severas não saem impunes na experiência burguesa e é impossível que não falhem:

Sendo uma postura cultural, tal contenção era difícil de ser mantida e frequentemente precisava ser evitada; como Freud observou cedo e repetiu muitas vezes, a moralidade burguesa, especialmente no tocante à sexualidade, fazia duras exigências e

impunha tensões sem precedentes às classes médias. E as formas de adiamento e de controle eram instáveis, submetidas, como estavam a constantes ataques das novidades e das paixões por um lado e, pelo outro, da necessidade íntima de reprimir desejos inadmissíveis e ilícitos (GAY, 1988, p.51).

A sexualidade, em uma conjuntura de capitalismo industrial e comercial, não teve seu terreno hermético das experiências burguesas. Em decorrência de fortes pressões tudo virou propriedade. Até os terrenos de maior intimidade, como o campo da sexualidade, passou a ser marcado, predominantemente, pelo casamento burguês instituído na forma do contrato mais rigoroso da sociedade moderna. A ideia de os filhos serem propriedade dos pais e sua responsabilidade individual advém dessa nova sociabilidade, assim como o apreço à mulher virgem, à repressão da sexualidade.

Até então, nos períodos anteriores, a ansiedade decorrente das mudanças eram mais previsíveis e se esperava por elas, mesmo que ruins. Já no século XIX, as mudanças eram imprevistas, abruptas e irreversíveis. E a ansiedade, decorrente de fortes repressões atingia os terrenos da intimidade, prejudicando toda espontaneidade, pois a ansiedade era fundamentalmente decorrente e direcionada

à perda do conforto de uma crença sem questionamentos e da livre satisfação de impulsos irresistíveis. A rejeição da expressão franca e da satisfação pública das necessidades corporais, que havia iniciado na Renascença por meio de invenções culturais como *o garfo e o lenço*, teve continuidade e se intensificou. (GAY, 1988, p. 51, grifo nosso)

No âmbito do trabalho, mesmo na linguagem utilizada havia referências ao militarismo. Caminhava-se no mesmo ritmo de dominação de um exército de conquistadores, pelas construções fulminantes e rápidas. O clima reinante era o do militarismo:

Funcionários públicos eram exortados a cultivar as virtudes *da disciplina e da submissão*, do trabalho sem tréguas e da lealdade inquestionável. Se bem que em muitos estabelecimentos as relações entre chefe e subordinados fossem moldadas de acordo com as relações características da vida familiar, era a família

autoritária que lhes servia de modelo (GAY, 1988, p. 49, grifo nosso).

Peter Gay (1988) conceitua essas diversas mudanças com um conjunto de “pressões da realidade” que englobavam uma multiplicidade de tipos sociais dificilmente rotuláveis ou de possível apreensão. Por mais difícil que seja indicar uma generalização da experiência burguesa ou, possivelmente impossível, o autor faz um esforço de traduzir o que representou como fortes e predominantes tendências e contradições implicadas nessa experiência.

Conforme o autor, três grupos se destacaram como representantes das grandes contradições existentes nessa experiência. De um lado, a antiga aristocracia, que não queria ceder ao movimento revolucionário, tentava se adaptar a ele, como forma de não perder o poder existente. De outro lado, um grupo ávido por dinheiro, tinha como emblema a liberdade, a fraternidade e a igualdade. Por sua vez, a classe operária dava sua força a esse movimento pela promessa de construção de maior igualdade e de concretização dos ideais contidos no novo projeto de sociedade. E havia outro movimento vanguardista nascente, de crítica teórica, literária e cultural do capital. Todos, porém, não abriam mão dos seus interesses.

Segundo o pesquisador, a pluralidade dos tipos sociais era infinita e de difícil definição. A aparente unidade entre eles mostrava-se pela maior parte das percepções e promessas compartilhadas, porém, de forma confusa e contraditória, gerando uma grande crise. O próprio conceito de burguesia expressava a multiplicidade desse grupo, suas brigas, conflitos e ausência de unidade, ao ponto de não ser possível definir com clareza o que é o burguês. Todos se referiam a diversos termos que diziam respeito ora à classe média, pequenos negociantes, grandes oportunistas negociantes, ora aos novos ricos, aos ociosos, ativos, ora a uma posição em relação à cultura, ora aos servidores públicos, ao mundo urbano.

Peter Gay (1988, p. 28) ressalta que a unidade estava no ideal comum compartilhado e distante de ser rico, porém, “os verdadeiramente ricos permaneciam inacessíveis, uma fonte de fantasias e invejas.”. Sobre essa suposta unidade, na Holanda, Johan Huizinga (1935 *apud* GAY, 1988, p. 32) chega a falar que todos estavam submetidos a uma cultura nacional burguesa, ou seja, às fantasias que os impulsionavam: “muitos deles (ainda que não todos), tão desesperados à sua maneira

quanto os humildes funcionários ou os artesãos semifamintos, de algum jeito conseguiam galgar os degraus da pirâmide social.”.

Assim, a unidade conseguida, tanto na definição quanto na experiência, deu-se na criação do mito da ascensão social da burguesia: “O espetáculo de uma classe de *burghers* que se afirmavam, sem qualquer altruísmo e sem qualquer vergonha do seu mercantilismo, abrindo caminho a cotoveladas e galgando as escadas do poder e da riqueza através dos séculos.” (GAY, 1988, p. 34). A busca de poder material, moral, cultural e riqueza era geral, negociam-se tudo para obtê-los, até a alma, como bem retrata a literatura moderna (Hamlet, Fausto, etc.).

Até mesmo a busca cultural, conforme analisada por Peter Gay (1988, p. 31), não estava isenta desses ideais, pelo contrário, nela havia uma forte conotação mercantil, de ser moeda de troca, de *status*, de conferir autoridade. Sua vinculação à paixão incurável pelo difícil por trás da “pretensão à erudição, respeitabilidade”, expressa no espírito de imitação, operava, predominantemente, como um “passaporte para uma posição social”. O pesquisador, ao descrever algo notável na época, a crítica unilateral e hostil, interpreta-a, como uma mera projeção das próprias neuroses: “nada mais tentador do que desdenhar o que não se pode alcançar e lançar sobre o burguês os desejos e qualidades que se receia encontrar em si mesmo.” (GAY, 1988, p. 37).

Contraditoriamente, pela ambivalência própria da experiência burguesa, na crítica cultural havia algo de muito singular, até mesmo nos modos de viver. Havia os que se apegavam à cultura por paixão sincera, profunda e fonte da radical resistência aos imperativos do momento, o que a crítica hostil ao diletantismo não reconhecia, conforme o autor.

Porém, apesar dos poucos que conseguiam alcançar a promessa do progresso, do sucesso (e era isso que a deixava mais crível), ela não fora cumprida, frustrando todas essas frentes, em graus diferenciados, mas compondo uma grande crise. As lutas, dentro e fora das classes eram desgastantes, contínuas e árduas, não deixando ninguém ileso. Como promessa nunca foi cumprida, “as populações burguesas – altas, médias ou baixas, ativas ou ociosas, do comércio ou das profissões liberais – viviam na mais completa miséria.” (GAY, 1988, p. 28) O aspecto social que caminhava solidário a

experiência burguesa no século XIX era a desigualdade econômica, social e política que predominava no interior da

própria burguesia; suas divisões hierárquicas eram muito mais poderosas do que qualquer solidariedade – exceto no caso de pressões externas exercidas por uma população rural radicalizada ou um movimento operário militante (GAY, 1988, p. 28-29).

Assim, no mesmo ritmo acelerado de mudanças, a miséria acentuava-se do período vitoriano até Freud. Na ausência de uma causa comum e social, diante da promessa frustrada, e na busca pelo seu, característica do individualismo reinante, vivia-se em uma “[...] atmosfera de incerteza e de um crescente e incontido pluralismo que favorecia choques de interesses políticos e conflitos sociais irreconciliáveis [...]” (GAY, 1988, p. 32). A perda de estabilidade era generalizada e afetou as relações existentes e a orientação em relação aos referenciais de autoridade, já fragilizados, impotentes e que não produziam segurança. Havia um clima geral de ansiedade,

Detectavam a ausência alarmante de referenciais seguros, uma anarquia universal no pensamento, uma velocidade doentia na existência, mal-estar e vacilações generalizadas, e isso em meio aos mais irresistíveis avanços científicos (GAY, 1988, p. 52).

Nesse sentido, conforme o autor analisa, diante da tal crise provocada pela promessa que não se cumprira para a maioria, a era vitoriana teve como reação a repressão dessa crise. Buscavam-se guias em outros âmbitos, recorria-se às forças do passado, como as religiões, a ciência. Havia uma solicitação desesperada de guias para esse tormento, e utilizara-se a repressão, predominantemente associada ao autoritarismo.

Feita essa breve travessia, percebemos o desenvolvimento da repressão em excesso na modernidade. Contraditoriamente, porém, surge uma pergunta instigante: qual a relação existente entre esse desenvolvimento altamente repressivo e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da moral e do ideal nessa época? Peter Gay (1988, p. 41) afirma que a própria dificuldade de caracterizar o que foi a experiência desse momento histórico “envolvia a problemática da natureza moral da própria vida burguesa”.

A respeito da natureza moral, Peter Gay (1988, p. 40-41) analisa a dificuldade própria da sociabilidade de lidar com a crítica. Contraditoriamente, sinaliza que havia uma paixão pela autocrítica, uma “hostilidade furiosa”, uma “necessidade primitiva de se dividir o mundo entre os amigos e inimigos”, no entanto, a crítica, nesse sentido, só

expressava um “superego de primeira grandeza”, pois não era moção para a transformação, se reduzia ao sofrimento, martírio, masoquismo. Poderíamos nos perguntar se Hamlet também não expressa a mesma incógnita desse movimento, pelo qual, mesmo suspeitando dos motivos de seu sofrimento e sabendo o que deveria fazer, não consegue fazer o que devia e se martiriza por isso. Mesmo notando a presença de um superego severo, podemos supor que a possibilidade moral está ausente.

Associado a isso, podemos indagar, o ideal presente era idêntico às promessas que essa época oferecia. Esse ideal era colado na realidade, não tinha capacidade de ir além dela, e, portanto, revela a fragilização da constituição humana pelo ideal, pois, nesse período, idolatrava-se o que a sociedade oferecia a si mesma:

O que tantos críticos culturais consideravam vícios burgueses, eles saudavam como virtudes burguesas: ao esgotamento do veio poético, chamavam de realismo; à ausência de princípios elevados, de espírito prático; à devoção obsessiva ao trabalho, de energia; ao conservadorismo bovino dos prósperos, de solidez (GAY, 1988, p. 40).

Diferentemente de *Édipo Rei*, em que esse tema sequer aparece, em Hamlet ele é trabalhado e afeta profundamente os personagens, o que diz respeito à própria experiência na nova sociabilidade moderna. A relação entre dinheiro e lei é direta, um comprando o outro: “o próprio lucro malfeito / Comprando a lei.” (SHAKEASPEARE, p. 85). Na tragédia moderna, há uma dificuldade de encontrar a ideia de justiça. O poder de enfeitiçamento do dinheiro transforma a beleza, o caráter, as opiniões, enfim, tudo, em mercadoria:

O poder da beleza transforma a honestidade em meretriz mais depressa do que a força da honestidade faz a beleza se assemelhar a ela. Antigamente isso era um paradoxo, mas no tempo atual se faz verdade (SHAKEASPEARE, 1988, p. 68).

A tragédia traduz um esmorecimento do caráter e das opiniões quando se trata da conquista de dinheiro e poder, contendo a ideia de que o dinheiro compra tudo o que toca. Osric é um personagem emblemático desse esmorecimento e Hamlet testava-o. Ao conversar sobre o tempo, Hamlet dizia que estava frio, Osric repetia que estava frio e, quando Hamlet falava que estava quente, Osric revia sua opinião e dizia que realmente

estava quente. Para falar do lucro na bajulação, Shakespeare utiliza a metáfora da esponja, representada por Rosencrantz e Guildenstern, “encharcada pelos favores do Rei, suas recompensas, seus cargos”. O discurso predominante na tragédia inglesa é o do patife (aproveitador) e individualista. As ações vis e os crimes são coonestados (com aparência forçada de honestidade) conjuntamente pela maioria dos personagens.

Peter Gay (1988) analisa que, com as mudanças e pressões externas, há um estilo comum de pensamento acerca do amor e da agressão. Cita a fala do príncipe Metternich (1820 *apud* GAY, 1988, p. 41) ao tratar das relações afetivas dessa ampla classe que “assume toda a sorte de disfarces, unindo-se e subdividindo-se conforme soprem os ventos, ajudando-se uns aos outros nas horas de perigo, e já no dia seguinte despojando-se uns dos outros de todas suas conquistas.” Evidencia-se que essa mudança se relacionava à fragilização e à mercantilização dos laços afetivos, algo que já aparecera refletido em Hamlet, na maioria dos personagens, mesmo que não todos:

Como tantos outros da mesma ninhada, que nossos tempos frívolos estimulam, só conseguiu pegar o tom da moda e o lado superficial das relações; uma espécie de espuma que flutua sobre as opiniões mais sérias e amadurecidas; não resistem ao menor sopro de prova. Estouram. (SHAKESPEARE, 1997, p.133)

Podemos então supor que, na socialização da modernidade, há um aumento exagerado da repressão e, contraditoriamente, uma fragilização moral entre as pessoas, assim como a fragilização da função do ideal nas relações sociais e na constituição psíquica, pois a função do ideal é marcar uma distinção entre a realidade e o que pode ou deveria ser a realidade.

Diante dessa contradição, uma questão inquietante emerge acerca do processo de socialização: por que o avanço da repressão não acompanha o aperfeiçoamento moral e ético promotor de princípios e respeito coletivos (que se vincula à noção de ideal)? Pelo contrário, a história da modernidade evidencia um avanço inócuo e sofrido da repressão, quase sempre culminando em regimes autoritários e violentos. Nota-se a atualidade da pergunta o muito que há para se desenvolver sobre ela.

Em suma, longe de responder as questões expostas por esse estudo é possível refletir sobre a tese freudiana do avanço da repressão na história e, especificamente, identificar elementos específicos do processo repressivo na modernidade na íntima

relação com a constituição psíquica do indivíduo moderno, o que permite refletir sobre o sentido das instituições existentes (família, escola, religião, trabalho) e sobre o processo de socialização na constituição humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, S. Cinco lições de psicanálise. *In:* _____. **Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago, 1910/1996, p. 17-65, Vol. 11.

_____. Um exemplo de trabalho psicanalítico. *In:* _____. **Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago, 1940/1996, p.197-206, Vol. 23.

GAY, P. Introdução geral. *In:* _____. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud:** a educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.13-57.

SHAKESPEARE, W. **Hamlet.** Tradução de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 1997.